

ATA NÚMERO 57/XII/1ª SL

08.maio.2012 – 15h00

Aos 08 dias do mês de maio de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 6, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata da reunião anterior

3. Comunicações do Presidente

4. Audição dos cineastas João Salaviza, Miguel Gomes e Gonçalo Tocha (15h00)

5. Audiência à Ordem dos Arquitetos, na sequência dos relatórios de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças e do Tribunal de Contas ao programa de modernização do parque escolar (16h00).

6. Projeto de Lei n.º 214/XII/1ª do PCP - Estabelece medidas de valorização e divulgação do cinema português

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputada Autora do Parecer** – Sofia Bettencourt (PSD)

7. Projeto de Lei 218/XII/1 (PCP) - Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

- **Apresentação pelo autor da iniciativa**
- **Deputada Autora do Parecer** – PS

8. Projeto de Lei n.º 209/XII/1ª do PCP - Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPiE).

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Autor do Parecer** - PEV

9. Projeto de Resolução 302/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo a criação de gabinetes e linha verde de prevenção da violência das praxes e de apoio às vítimas dessas práticas.

- **Discussão em Comissão**

10. Projeto de Resolução 285/XII/1ª (PCP) - Conclusão das obras em curso, reavaliação dos projetos aprovados e sua concretização e extinção da Parque Escolar E.P.E.

- **Discussão em Comissão**

11. Projeto de Lei n.º 214/XII/1ª do PCP - Estabelece medidas de valorização e divulgação do cinema português.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Autora do Parecer** – Sofia Bettencourt (PSD)

12. [COM(2012)171] - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Funcionamento do Reator de Alto Fluxo em 2010.

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Relator:** PSD

13. [COM(2011)931] - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adoção do Programa Complementar de Investigação para o Projeto ITER (2014-2018).

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Relator:** PS

14. [COM(2012)174] - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Avaliação intercalar do Programa Europeu de Investigação Metrológica – EMRP.

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Relator:** CDS-PP

15. Requerimento do BE, que requer a audição urgente do Senhor Secretário de Estado da Cultura na Comissão de Educação, Ciência e Cultura para prestar esclarecimentos sobre a política do governo para o cinema.

- **Apreciação e votação**

16. Petição n.º 126/XII/1ª, da iniciativa de António José da Cruz Oliveira – Solicitam a construção de um pavilhão desportivo na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Vale de Milhaços.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Distribuída ao PS**

17. Outros assuntos

18. Data da próxima reunião

Dia 09.mai.2012 – 09h30 - Audição Parlamentar sobre Educação Especial
Dia 15.mai.2012 – 15h00

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente referiu que o Grupo de Trabalho de acompanhamento de Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura - e Braga – Capital Europeia da Juventude 2012 – vai realizar uma visita de trabalho a Guimarães, de 12 a 14 de maio, cujo programa foi distribuído, solicitando a indicação urgente dos participantes.

3.2. [Proposta de Lei n.º 53/XII, Lei antidopagem](#)

Foi informado que a Proposta de Lei foi aprovada na generalidade em 4/5, tendo baixado à CECC para apreciação na especialidade.

Consensualizou-se que os trabalhos de apreciação na especialidade serão desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Desporto.

3.3. Iniciativas dos Museus - O Presidente informou que está a ser preparada a audição sobre política museológica, que terá lugar no dia 15 de maio, à tarde e referiu que na semana de 14 a 18 estão programadas visitas a museus, o visionamento de uma projeção multimédia no Castelo de S. Jorge e a disponibilização de uma apresentação sobre os museus premiados pela APOM.

3.4. O Presidente informou que se está a tentar encontrar uma data, ainda em maio, para realizar a Audição Pública sobre Ação Social requerida pelo BE (e que foi ampliada com sugestões do PSD) e verificando-se que no dia 25 a Sala do Senado e auditório do Novo Edifício estão ocupados, vão ser feitas diligências para ver se é possível utilizar a Sala do Plenário para esse efeito.

3.5. Tendo sido distribuído o programa da Conferência Parlamentar do GT Desporto - “O alto rendimento desportivo, o projeto Olímpico e Paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos”, não foi proposta nenhuma alteração.

3.6. Tendo sido distribuída a lista de audições que a relatora da “Ciência”, deputada Elza Pais, se propõe fazer, em reunião aberta a todos os deputados, tendo em vista a respetiva calendarização, foi consensualizado que serão indicadas datas para as mesmas, para apreciação da Comissão.

3.7. Foi distribuído o Relatório da audição do peticionário da [Petição n.º 102/XII/1.ª](#), *Contra o encerramento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo da freguesia de Parada de Bouro*, realizada em 3 de maio, por videoconferência, não se tendo registado propostas de alteração.

O Presidente informou ainda que o peticionário rebateu a resposta anterior da Câmara Municipal de Vieira do Minho sobre a matéria, remetendo dois documentos fundamentados sobre a matéria e nessa sequência reitera o pedido de manutenção das escolas em funcionamento, até a estrada a utilizar ser sujeita às obras necessárias.

Assim, foi solicitado à autarquia e ao Ministro da Educação e Ciência que se pronunciem, com celeridade, sobre os documentos remetidos pelo peticionário. O Presidente da Comissão informou ainda que o prazo de 60 dias para apreciação da petição termina no dia 15 de maio, mas atento o conteúdo da recente argumentação do peticionário, entendeu-se muito importante obter a pronúncia das duas entidades referidas.

4. Audição dos cineastas João Salaviza, Miguel Gomes e Gonçalo Tocha (15h00)

O Presidente da Comissão abriu a audição dando os parabéns aos cineastas pelos prémios recebidos.

O cineasta João Salaviza (que venceu o Urso de Ouro, em Berlim, com o filme “Rafa”) referiu que muitos cineastas portugueses têm tido reconhecimento internacional, realçando que o mesmo é muito elevado, em proporção com o número diminuto de filmes produzido no nosso país.

Referiu depois a necessidade de aprovação da nova Lei do Cinema, realçando o financiamento desta atividade pelo Estado e o facto de este ano não haver produção de cinema, por não haver condições para o efeito, enfatizando a importância de se ver o que é possível fazer pelo cinema português.

O cineasta Miguel Gomes (que venceu o prémio da crítica e da inovação em Berlim, com o filme “Tabu”) transmitiu inicialmente uma mensagem do cineasta Manuel de Oliveira de que “parar é morrer”. Referiu depois as dificuldades financeiras do cinema e realçou que o filme teve um custo de cerca de 1.500.000€ e foram utilizados fundos públicos de 4 países, a saber, Alemanha, França, Brasil e Portugal, realçando que a existência desses fundos nos outros países tem subjacente a lógica de que o mercado é insuficiente para angariar os fundos necessários para a produção de cinema.

Informou ainda que em Portugal o dinheiro sai da taxa sobre audiovisuais, enquanto noutros países sai do Orçamento do Estado. Por último agradeceu as congratulações transmitidas pela Comissão, mas sugeriu que se oiça o Secretário de Estado da Cultura e o Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), porquanto há informações contraditórias, dado que não se cumprem os contratos de 2010 e 2011 e o Secretário de Estado diz que vai abrir concurso para novos contratos.

O cineasta Gonçalo Tocha (que ganhou o 1.º prémio no DocLisboa, em Dezembro, com o filme sobre a ilha do Corvo “É na Terra, não é na Lua” e o prémio do melhor filme na secção de cinema do futuro, do Festival Internacional de Cinema Independente, em Buenos Aires) fez referência à lei da intermitência do espetáculo e realçou que o apoio do Estado à produção, distribuição e divulgação dos espetáculos tem vindo a diminuir.

Interviu de seguida a deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD), que referiu que está em preparação uma nova política para o setor e salientou o estabelecimento de parcerias de públicos, nomeadamente com o Ministério da Educação e Ciência.

A deputada Inês de Medeiros (PS) realçou a necessidade de alargamento das contribuições do Estado e referiu que o Secretário de Estado falou numa nova relação com o público, mas de uma forma superficial, indicando ainda que está tudo pendente devido à lei dos compromissos e à sua aplicação na Cultura. Em relação à lei da intermitência, referiu a inexistência de regulamentação de algumas matérias, o que inviabiliza a aplicação das normas da lei.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que é preocupante o facto de o setor ficar paralisado por falta de fundos públicos. Informou ainda que a lei do cinema está em preparação, tendo terminado a fase de recolha de contributos. Por último, referiu que os compromissos assumidos pelo ICA estavam sobrevalorizados e que há necessidade de articular os anteriores compromissos com os futuros.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que os recursos do ICA são simbólicos e correspondem a uma opção política, de limitação dos produtores independentes, enfatizando a grande perseverança que se tem verificado por parte dos produtores. Informou que o PCP apresentou um Projeto de Resolução para reativação do financiamento do Estado ao cinema e bem assim o [Projeto de Lei n.º 214/XII, que Estabelece medidas de valorização e divulgação do cinema português](#).

A deputada Ana Drago (BE) congratulou-se com a existência de uma nova geração de realizadores em Portugal, salientou que as realizações internacionais não têm vindo a procurar o nosso país e informou que o BE vai apresentar um requerimento para o Secretário de Estado vir à Comissão, prestar esclarecimentos sobre a política do Governo para o cinema.

Os cineastas referiram depois que o calendário de aprovação da lei do cinema é fundamental, salientando que se não for aprovada nos próximos meses, o cinema português morrerá. Realçaram que o dinheiro gasto na produção de filmes é reinjetado na economia e que os filmes portugueses projetam significativamente a imagem do país no estrangeiro. Reiteraram que as condições básicas para a produção nacional de cinema têm de ser garantidas pelo Estado, tendo equacionado a sustentabilidade do setor e defendido que a riqueza que é gerada pelo cinema não é apenas económica.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audiência à Ordem dos Arquitetos, na sequência dos relatórios de auditoria da Inspeção-Geral de Finanças e do Tribunal de Contas ao programa de modernização do parque escolar (16h00).

A Ordem dos Arquitetos fez-se representar por João Belo Rodeia (Bastonário), Miguel Judas (Vogal do Conselho Diretivo Nacional) e Gonçalo Meneres Pimentel (assessor jurídico).

Os representantes da Ordem referiram, em primeiro lugar, que o programa de renovação do parque escolar é muito importante, realçando também a importância da participação dos arquitetos no mesmo. Lembraram que a Ordem sempre questionou a falta de concursos e de concorrência, matéria que é também referida no relatório do Tribunal de Contas.

Manifestaram desacordo com o facto de a alteração do Código da Contratação aumentar os valores para efeitos de ajuste direto e referiram a necessidade de um novo Código Técnico de Edificação. Defenderam a utilização do critério do custo total da obra, ao longo da sua execução e não apenas o custo inicial.

Mencionaram 4 elementos importantes nas obras, a saber, a prospeção prévia do edificado, os elementos para a previsão de custos, o timing de execução e a revisão do projeto após a adjudicação, salientando ainda que o novo código não prevê a responsabilização do revisor do projeto. Realçaram que na avaliação dos programas devem levar-se em conta outros elementos, para além dos custos. Informaram ainda que a Ordem nunca foi ouvida pelo Ministro da Educação e Ciência.

Interveio depois o deputado Pedro Alves (PSD), que entendeu que a matéria devia ser analisada pela Comissão de Obras Públicas, Por outro lado, realçou o facto de não ter havido reaproveitamento de materiais.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) realçou que mais de 60% de adjudicações por ajuste direto, correspondem apenas a 6% do volume total das obras.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) realçou a importância das questões levantadas em relação à alteração do Código dos Contratos e referiu que o dono da obra poderia analisar o respetivo custo total.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que a Parque Escolar nalguns casos fez concursos fictícios, apenas para cumprimento da lei. Realçou que a mesma nunca acionou garantias e continuou a contratar as empresas incumpridoras. Por último, transmitiu que o Programa deve ser melhorado e não extinto.

Os representantes da Ordem referiram a necessidade de se perceber porque houve aumento de custos, mencionando que isso não consta dos relatórios da IGF e do Tribunal de Contas e bem assim o que é necessário fazer para se evitar essa situação no futuro.

Reiteraram o desacordo em relação à alteração do Código dos Contratos restringindo a concorrência, resultante do aumento do valor para contratação de projetistas por ajuste direto de 25.000€ para 75.000€. Referiram que o seguro de projeto envolve grande risco, por haver muitos erros e omissões. Equacionaram a necessidade de alterar a lei atual de avac, que exige condições climáticas exageradas, com grandes custos.

Salientaram que os desvios no âmbito do programa do Parque Escolar, em termos percentuais, são idênticos aos das obras públicas em geral. Realçaram que quando as auditorias apontam

para a necessidade de aumento da concorrência, é incongruente que no novo regime dos contratos públicos se aumente o valor para ajuste direto. Em relação à avaliação e acionamento das garantias, entendem que só pode ser feita perante o caso concreto.

O Bastonário da Ordem informou que remeterá o documento escrito que utilizou na sua apresentação.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

6. Projeto de Lei n.º 214/XII/1ª do PCP - Estabelece medidas de valorização e divulgação do cinema português

O Projeto de Lei foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), que evidenciou a fixação de quotas mínimas para exibição de obras portuguesas, referindo o paralelismo com a transmissão de música portuguesa nas rádios. Salientou ainda que a iniciativa não tem encargos para o Estado, a não ser na fiscalização.

7. Projeto de Lei 218/XII/1 (PCP) - Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projeto de Lei, referindo a sua clareza e o objetivo de diminuir do número de alunos por turma, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. O PS indicou como autora do respetivo parecer a deputada Odete João.

8. Projeto de Lei n.º 209/XII/1ª do PCP - Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE).

O Projeto de Lei baixou à Comissão em 4 de abril, pelo que o respetivo parecer devia ser apreciado até 3 de maio. Tendo sido agendado para 2 de maio não foi apresentado pela relatora, deputada Heloísa Apolónia (PEV). Reagendado para 8 de maio, a deputada informou que só tem possibilidade de apresentar o parecer depois de 18 de maio, pelo que pediu o adiamento da sua apresentação para depois dessa data ou então para o mesmo ser distribuído a outro deputado. O deputado Miguel Tiago (PCP), autor do Projeto de Lei, concordou com o adiamento da apresentação do respetivo parecer.

Não tendo havido nenhuma objeção em relação ao adiamento da apreciação do parecer, a deputada Nilza de Sena, Vice-Presidente da Comissão, que estava a presidir à reunião, referiu que vai informar o Presidente da Comissão em conformidade.

9. Projeto de Resolução 302/XII/1 (BE) - Recomenda ao Governo a criação de gabinetes e linha verde de prevenção da violência das praxes e de apoio às vítimas dessas práticas.

O Projeto de Resolução foi apresentado pela deputada Ana Drago (BE), tendo participado no debate os deputados Pedro Delgado Alves (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Pedro Pimpão (PSD) e no final novamente a deputada Ana Drago.

A informação correspondente encontra-se em anexo a esta ata.

10. Projeto de Resolução 285/XII/1ª (PCP) - Conclusão das obras em curso, reavaliação dos projetos aprovados e sua concretização e extinção da Parque Escolar E.P.E.

O deputado Miguel Tiago (PCP), autor do Projeto de Resolução, informou que solicita a discussão do mesmo no Plenário, pelo que o mesmo vai ser remetido à PAR para esse efeito.

11. Projeto de Lei n.º 214/XII/1ª do PCP - Estabelece medidas de valorização e divulgação do cinema português.

O parecer do Projeto de Lei foi apresentado pela autora, deputada Sofia Bettencourt (PSD), que fez referência à diminuição de receitas que o mesmo origina. O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que a eventual diminuição de receitas é residual e a deputada Gabriela Canavilhas (PS) manifestou-se no sentido de que não é este o meio para ajudar o cinema, entendendo que o Projeto de Lei não tem exequibilidade e faz exigências aos distribuidores privados.

Posto a votação o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade dos presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

12. [COM(2012)171] - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Funcionamento do Reator de Alto Fluxo em 2010.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD), como coordenador dos deputados do PSD, a quem tinha sido distribuída esta iniciativa europeia para apreciação liminar, propôs que a mesma não fosse objeto de escrutínio, ninguém se tendo pronunciado em sentido contrário.

13. [COM(2011)931] - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adoção do Programa Complementar de Investigação para o Projeto ITER (2014-2018).

Tendo a iniciativa sido distribuída ao PS para apreciação liminar, o deputado Rui Jorge Santos (PS) informou que vão proceder ao escrutínio da iniciativa, indicando como relator o deputado Pedro Delgado Alves (PS). O respetivo relatório deve ser apreciado na reunião de 23 de maio.

14. [COM(2012)174] - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Avaliação intercalar do Programa Europeu de Investigação Metrológica – EMRP.

Tendo a iniciativa sido distribuída ao CDS-PP para apreciação liminar, o deputado Michael Seufert (CDS-PP), propôs que a mesma não fosse objeto de escrutínio, ninguém se tendo pronunciado em sentido contrário.

15. Requerimento do BE, que requer a audição urgente do Senhor Secretário de Estado da Cultura na Comissão de Educação, Ciência e Cultura para prestar esclarecimentos sobre a política do governo para o cinema.

O requerimento foi apresentado pela deputada Catarina Martins (BE), que salientou que o cinema português está em paralisia e embora haja uma audição regimental proximamente do

Secretário de Estado da Cultura as matérias são muitas, pelo que entende que esta temática exige uma audição autónoma.

A deputada Inês de Medeiros (PS) referiu que no caso de não ser aprovada uma audição autónoma, sugere que na audição regimental haja uma grelha de tempos específica para a área do cinema. Salientou ainda que a lei do cinema prevê regulamentação de algumas matérias, mas não se conhecem os termos da mesma.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que apoia o requerimento ou uma grelha específica na audição regimental.

A deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que houve uma audição recente do Secretário de Estado da Cultura e vai haver uma outra a curto prazo e o mesmo disponibilizou-se para vir a uma audição autónoma sobre a lei do cinema. Assim sendo, manifestou discordância em relação ao requerimento.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o referido membro do Governo virá proximamente 2 vezes, pelo que manifestou discordância em relação ao requerimento.

Posto a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, tendo-se registado os votos a favor do PS, do PCP e do BE e a ausência da deputada do PEV.

16. Petição n.º 126/XII/1ª, da iniciativa de António José da Cruz Oliveira – Solicitam a construção de um pavilhão desportivo na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Vale de Milhaços.

O texto da petição, que foi subscrito por 4185 cidadãos, está dirigido ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Educação e ao Diretor Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e no ofício de remessa à Presidente da Assembleia da República solicita-se a tomada de medidas no sentido de o Governo avançar com a construção do pavilhão desportivo da escola em causa.

Por outro lado, entende-se que é o Ministério da Educação e Ciência “a entidade competente, em razão da matéria, para a sua apreciação (da petição) e para a eventual tomada de decisão que no caso lhe caiba”. Assim sendo, propõe-se na nota de admissibilidade que a **petição seja admitida e se pondere a sua remessa imediata, por cópia, ao Ministro da Educação e Ciência**, para esse efeito, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei do Exercício do Direito de Petição, podendo solicitar-se-lhe que informe a Assembleia da República sobre as diligências que tomou em relação à petição, para se prestar informação aos peticionários em conformidade.

Tendo-se suscitado um debate sobre esta matéria, foi consensualizado adiar este ponto para a próxima reunião e averiguar se há antecedentes de situações idênticas.

17. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

18. Data da próxima reunião



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Dia 09.maiο.2012 – 09h30 - Audição Parlamentar sobre Educação Especial
Dia 15.maiο.2012 – 15h00

A reunião foi encerrada às 18:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de maio 2012

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 15 de maio de 2012.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Emília Santos
João Prata
Maria Gabriela Canavilhas
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Duarte Marques
Maria Conceição Pereira

Informação

[Projeto de Resolução n.º 302/XII \(1ª\)](#) –
(GP/BE)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 8/05/2012

Recomenda ao Governo a criação de gabinetes e linha verde de prevenção da violência das praxes e de apoio às vítimas dessas práticas

1. Oito Deputados do Grupo Parlamentar do BE tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 302/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 20 de abril de 2012, tendo sido admitida no dia 26 de abril, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projeto de Resolução foi objeto de discussão na Comissão, na reunião de 8 de maio de 2012.
4. A apresentação da iniciativa foi efetuada pela Deputada Ana Drago (BE), que sublinhou que os casos de violência que se verificam no âmbito das praxes têm sido vistos como exceções. Referiu que já anteriormente tinham apresentado uma iniciativa no sentido de se desenvolver uma cultura de intolerância em relação a estas situações, a qual é agora retomada na sequência de casos de violência registados em Coimbra, propondo práticas generalizadas a todas as instituições de ensino superior.
5. Interveio depois o deputado Pedro Delgado Alves (PS), que manifestou algumas dúvidas em relação à eficácia das propostas do Projeto de Resolução, tendo sublinhado que o envolvimento das instituições do ensino superior é fundamental nessa tarefa, mas que, infelizmente, a anterior resolução do BE sobre a matéria foi recusada pela maioria. O Deputado referiu ainda que alguns mecanismos de prevenção e repressão que podem ser aplicados nestas situações já existem, salientando que os Governos anteriores tiveram preocupação com a matéria e sensibilizaram as instituições de ensino superior para a mesma. Nesta sequência, realçou a importância de se desenvolver mais uma etapa no diálogo entre os vários participantes na matéria.
6. Salientou ainda que o Projeto de Resolução se dirige à praxe com violência e para esta já há mecanismos de controlo, informando que a praxe em Coimbra se encontra suspensa, na sequência das situações que se registaram recentemente. Frisou ainda que mesmo fora do quadro das situações de violência física é importante apurar e acompanhar a realidade de coação moral, que são relevantes para diagnosticar a verdade sobre a livre adesão à praxe pelos novos alunos.
7. O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que a violência no âmbito das praxes é tratada a nível criminal, pelas entidades competentes, entendendo que não é uma violência especial, pelo que deve ser tratada em termos gerais. Mencionou que nas escolas já existem linhas para essas situações e gabinetes de psicologia, entendendo que a situação não exige apoio judiciário específico, integrando-se no apoio geral.
8. Esclareceu ainda que em relação às práticas de violência no ensino básico e secundário, propõem medidas especiais, porque estão em causa menores, exigindo-se um maior apoio, enquanto no ensino superior os alunos já são adultos.
9. O deputado Pedro Pimpão (PSD) indicou que condenam a violência e citou um [Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2009](#) em que se menciona que “um estabelecimento de ensino superior tem, pois, o dever jurídico e social de impedir que seja levado à prática nas suas instalações um “Regulamento de Praxes de Alunos” contendo praxes humilhantes e vexatórias, procedimentos constrangedores que podem levar ao exercício de violência física e psíquica sobre os alunos, claramente restritivas dos direitos, liberdades e garantias dos visados. O estabelecimento de ensino que contempla com a vigência de um Regulamento da

Comissão de Praxe com tais características, é responsável, por omissão, pelos danos sofridos por uma aluna que foi submetida a praxes dessa natureza”.

10. Nessa linha, defendeu que as instituições de ensino superior têm de acompanhar os alunos, reforçando o apoio que já disponibilizam. Manifestou concordância com o ponto 1 da Resolução e em relação aos pontos 2 e 3 referiu que já existem apoios nesse âmbito, que devem ser aproveitados, podendo ser reforçados. Salientou ainda que a praxe é integração e acolhimento, não podendo configurar agressão e devendo respeitar os direitos dos alunos.
11. Por último a deputada Ana Drago (BE) referiu que tendo presente a necessidade de o jovem ser aceite, criam-se práticas violentas e de humilhação e salientou que as vítimas estão particularmente vulneráveis, pelo que entendem que se exige um apoio e uma prevenção específica.
12. Fez ainda referência ao facto de o CDS-PP ter pedido a diminuição da idade de responsabilização no caso de violência dos jovens nas escolas, bem como o agravamento das penas respetivas, tratando-a de uma forma específica, atenta a importância do espaço escolar, pelo que o BE segue a mesma linha nesta iniciativa.
13. O deputado Michael Seufert (CDS-PP) esclareceu que em relação às práticas de violência no ensino básico e secundário, propõem medidas especiais, porque estão em causa menores, exigindo-se um maior apoio, enquanto no ensino superior os alunos já são adultos.
14. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível no processo do [Projeto de Resolução, na Internet](#), remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projeto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 8 de maio de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)